

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

1. OM: Centro Industrial Nuclear de Aramar - CINA

1.2. Área requisitante: Departamento de Operação da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio – USEXA

1.3. Categoria do objeto: Aquisição com serviço de montagem e instalação.

1.3.1. Bem de luxo: Declaro que o objeto a ser licitado não se enquadra como “bem de luxo”, nos termos do Decreto nº 10.818/2021, ou seja, não são dotados de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. (Exemplos: artigos de marca, joias, automóveis de alta gama, móveis de luxo, camarão, lagosta, salmão, filé mignon etc.)

2. Processo licitatório na modalidade pregão eletrônico: Declaramos expressamente que o objeto pode ser considerado como uma aquisição, atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014.

3. ETP DIGITAL Nº 17/2025: Devido à inconsistência de informações ao gerar o arquivo digital, utilizamos modelo editável. Declaramos que os dois modelos estão em conformidade.

DA NECESSIDADE

2. Descrição da necessidade, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (obrigatório):

A adequação do lavador de gases é essencial para garantir a segurança operacional da unidade de estocagem de substâncias voláteis corrosivas. O equipamento, instalado em 2017, tem a função crítica de abater vapores dessas substâncias, tanto em liberações controladas, como parte do processo para manter a pressão, quanto em situações de emergência. O lavador de gases evita a liberação desses vapores para a atmosfera em valores acima dos permitidos por lei.

A não realização desta compra comprometerá a segurança dos operadores, que poderão ser expostos a essas substâncias perigosas, além de elevar os custos de manutenção pela deterioração do exaustor e de outros componentes críticos.

A aquisição do retentor de gotículas com instalação, para adequação do lavador de gases trará benefícios imediatos, como o aumento da segurança operacional e a redução de custos com reparos recorrentes, permitindo maior eficiência no funcionamento do equipamento e proteção contra riscos ambientais e operacionais. Portanto, essa ação é imprescindível para manter a integridade do sistema e o cumprimento das normas de segurança.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho:

A adequação do lavador de gases é fundamentada na necessidade de atender aos requisitos específicos e garantir padrões de qualidade e desempenho essenciais para a operação segura e eficiente da unidade de estocagem de substâncias voláteis corrosivas. Os requisitos estabelecidos neste estudo, no termo de referência e seus anexos, foram elaborados com o objetivo de assegurar que a solução escolhida atenda com precisão às exigências operacionais e de segurança do equipamento.

Além disso, a adequação proposta cumpre com as normas regulamentadoras de segurança e legislação ambiental vigentes, garantindo que o lavador de gases mantenha as emissões dessas substâncias dentro dos limites permitidos, protegendo tanto os operadores quanto o meio ambiente. A execução dos serviços deve seguir práticas sustentáveis, priorizando o uso de materiais duráveis e de baixo impacto ambiental, bem como a destinação correta de resíduos gerados.

Essa adequação promove a conformidade com os padrões técnicos e regulatórios, assegurando a continuidade da operação de maneira eficiente e segura. O investimento reflete o compromisso da empresa com a excelência e a segurança operacional, alinhando-se às melhores práticas e padrões do setor, além de contribuir para a redução de custos futuros com reparos e manutenções recorrentes.

CATMAT:

Os códigos CATMAT são elementos integrantes da tabela referencial mencionada no item 1.1. do Termo de Referência. Em situações em que ocorra uma discordância entre as descrições e especificações presentes nos códigos CATMAT e as indicadas no próprio Termo de Referência, as informações deste último prevalecem.

Ressalta-se que, foi consultado o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, onde constatou-se que o objeto da contratação não trata-se de item padronizado no Catálogo Eletrônico de Padronização. Objeto deste processo não se enquadra como bem de luxo.

DA SOLUÇÃO

4. Levantamento de Mercado que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

Mediante necessidade exposta na tabela 1.1 do termo de referência, foi realizado amplo levantamento de mercado em sítios como: PNCP, contratações públicas e sites, buscando soluções para esta aquisição, não sendo identificado contratações similares que possam adequar-se à demanda da administração.

Ao avaliar o mercado, verificou-se que não há alternativas comparáveis que ofereçam o mesmo nível de eficácia e confiabilidade do lavador de gases utilizado na unidade de estocagem de substâncias voláteis corrosivas. Soluções disponíveis com materiais menos resistentes ou

tecnologias alternativas não conseguem atender às exigências de segurança e desempenho estabelecidas. Outras opções apresentam limitações significativas, como maior custo inicial, manutenção frequente ou inadequação técnica para as condições específicas da operação. Nenhum outro sistema reúne as características ideais para essa aplicação, o que torna a adequação do lavador de gases uma escolha única e indispensável.

Portanto, após uma análise técnica e econômica detalhada, concluiu-se que a adequação do lavador de gases é a opção mais vantajosa e que contribui diretamente para a confiabilidade do sistema, garantindo o cumprimento das normas de segurança e a proteção dos operadores e do meio ambiente. Esse ajuste equilibra custo, durabilidade e adequação técnica, proporcionando uma solução eficiente e segura para o controle de vapores da substância corrosiva. A decisão reflete uma avaliação criteriosa dos fatores técnicos, operacionais e econômicos, com foco na excelência operacional, alinhada aos princípios de economicidade e eficiência.

5. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Projetado para operar em condições adversas, como variações de temperatura e pressão, o lavador de gases manterá sua integridade estrutural, assegurando um investimento de longo prazo na unidade de estocagem de substâncias voláteis corrosivas e reduzindo a necessidade de reparos frequentes.

A adequação desse equipamento representa uma ação estratégica para garantir a segurança operacional e a sustentabilidade das atividades, minimizando o risco de emissões acima dos limites legais e protegendo tanto os operadores quanto o meio ambiente. Além disso, o lavador de gases oferece resistência aos produtos químicos presentes no processo, o que reduz significativamente os custos com manutenções e substituições de peças críticas no futuro.

Essa solução proporciona a melhor relação custo-benefício, garantindo segurança, eficiência e conformidade legal.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (obrigatório):

A escolha dos equipamentos para adequação do lavador de gases foi realizada com base em uma análise técnica detalhada, uma vez que não existe um histórico de aquisições anteriores que possa orientar o processo. A definição das quantidades foi baseada nas necessidades específicas do sistema, considerando as condições operacionais do equipamento e as normas de segurança e ambientais aplicáveis. Cada equipamento foi cuidadosamente dimensionado de acordo com as especificações técnicas e a capacidade do lavador de gases, assegurando que os itens adquiridos serão suficientes para a adequação completa do sistema. O dimensionamento dos equipamentos garantem a eficiência e a continuidade das operações, além de minimizar custos adicionais ou paradas inesperadas. Dessa forma, as quantidades estimadas refletem a real necessidade do

UASG 742050

projeto para garantir o sucesso da adequação, sem margem para superdimensionamento ou aquisições insuficientes.

Área	Equipamentos existentes	Aquisição / Serviço
USEXA	1	1

Memória de cálculo e justificativa das quantidades para cada item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD TOTAL	JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES
1	Retentor de Gotículas conforme descrição técnica CINA nº 201/04/2025.	UN	1	A quantidade de 01 (uma) unidade de retentor de gotículas é justificada pelo fato de o lavador de gases da Unidade de Estocagem de Ácido Fluorídrico (HF) possuir apenas um sistema de exaustão que requer adequação, conforme especificações técnicas estabelecidas na CINA nº 201/04/2025. O equipamento será instalado de forma integrada ao lavador de gases existente, atendendo plenamente à demanda operacional da unidade, não havendo redundância de sistemas ou necessidade de instalação em outros pontos. Assim, a aquisição de mais de uma unidade não se mostra tecnicamente necessária nem economicamente vantajosa.
2	Serviço de adequação do lavador de gases da Unidade de Estocagem de Ácido Fluorídrico (HF) conforme descrição técnica CINA nº 201/04/2025.	UN	1	A quantidade de 01 (uma) unidade do serviço de adequação do lavador de gases justifica-se por se tratar de intervenção única e específica no equipamento atualmente instalado na Unidade de Estocagem de Ácido Fluorídrico (HF). O serviço contempla todas as atividades necessárias para a correta instalação do retentor de gotículas, ajustes mecânicos e funcionais, bem como a adequação do sistema às condições operacionais e às exigências de segurança previstas na CINA nº 201/04/2025. Dessa forma, um único serviço é suficiente para atender integralmente a necessidade identificada, não havendo fracionamento ou repetição da demanda.

7. Estimativa do Valor da Contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (obrigatório):

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso devido à discrepância de valores obtidos durante o processo de avaliação. Essa confidencialidade é fundamental para garantir a integridade e a transparência do procedimento, sendo que as informações serão tornadas públicas somente e imediatamente após o julgamento das propostas.

Por se tratar de serviços que exigem um conhecimento técnico específico, a divulgação do orçamento pode permitir que licitantes com menos experiência utilizem o preço estimado como referência, dificultando a busca por propostas mais competitivas. Dessa forma, manter o orçamento reservado contribui para garantir a isonomia entre os participantes e promover uma competição mais justa e eficiente.

<p>8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução (obrigatório):</p> <p>Considerando que as propostas recebidas apresentam escopos que variam de acordo com cada fornecedor, a instalação será realizada com base na proposta vencedora, que contempla as especificidades do projeto da empresa vencedora do processo licitatório. A futura contratação garante que a instalação seja compatível com as condições e particularidades do bem adquirido, além de assegurar maior eficiência e conformidade com as necessidades específicas.</p> <p>Diante dessas variáveis, optou-se por não parcelar a solução, pois essa modalidade poderia comprometer a integridade do projeto, dificultar o acompanhamento técnico e impactar na qualidade da instalação. Assim, a aquisição do bem juntamente com o serviço de instalação será concluída de forma integral, proporcionando maior segurança, controle e alinhamento às exigências do projeto.</p> <p>Outro aspecto relevante é que, a contratação separada poderia comprometer a garantia do objeto, uma vez que, diante de qualquer problema operacional, haveria sobreposição ou transferência de responsabilidades entre fornecedores e executores. A empresa responsável pelo equipamento poderia atribuir o problema à instalação, enquanto a empresa responsável pela instalação poderia alegar falhas no equipamento, deixando o órgão sem respaldo técnico e sem garantia efetiva.</p> <p>Assim, a aquisição integrada do retentor de gotículas e da adequação do lavador de gases assegura a garantia do objeto, facilita o acompanhamento do projeto e garante alinhamento total com as exigências operacionais, contribuindo para a eficiência e confiabilidade do sistema.</p>
<p>9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:</p> <p>Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade.</p>
<p>10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (demonstrativo da previsão da contratação no Programa de Aplicação de Recursos (PAR), de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumentos de planejamento do órgão ou entidade):</p> <p>O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, conforme detalhamento a seguir:</p> <p>I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000026/2025;</p> <p>II) Data de publicação no PNCP: 04/02/2025;</p> <p>III) Id do item no PCA: 02 e 05;</p> <p>IV) Classe/Grupo: 871 e 3590;</p> <p>V) Identificador da Futura Contratação: 742030-12/2025 e 742030-15/2025.</p>
<p align="center">DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIDAS PELA CJU/CJACM</p>
<p>11. Justificativa para participação exclusiva de ME/EPP ou não:</p> <p>Analisando os fornecedores da pesquisa de mercado e o valor global da contratação, indica-se a ampla divulgação, inclusive na imprensa oficial, com acesso a qualquer interessado do ramo, independente do seu porte, de forma a buscar as condições mais favoráveis para aquisição do objeto especializado para a Administração Pública.</p>

O Anexo II deste ETP trata-se do Termo de Justificativa que dispensa a exigência do Decreto 8.538/15.
12. Justificativa para vedação de participação de Cooperativas ou não:
Não será vedada a participação de cooperativas, desde que tenha em seu escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social. Sendo assim, somente é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.
13. Justificativa para permissão de empresas reunidas em consórcio ou não:
Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração. Trago à baila, em reforço da tese esposada, o entendimento da equipe técnica do TCU, que no bojo do Acórdão 2813/2004 Primeira Câmara, assim se manifestou, verbis:
26. O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo Bacen, vemos que é prática comum a não-aceitação de consórcios.
Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente certame.
14. Justificativa para permissão de subcontratação do objeto:
Não será admitida a subcontratação.
15. Justificativa para exigências de qualificação técnica na habilitação, quando for o caso:
As condições de habilitação, tais como a qualificação técnica, estão relacionadas no termo de referência e na DETEC nº 201/04/2025.
16. Justificativa para exigência de Garantia do Serviço e Garantia da Contratação, quando for o caso (para serviço):

UASG 742050

Não aplicável.
<p>17. Justificativa para exigência de Garantia, manutenção e assistência Técnica e Garantia da Contratação, quando for o caso (para aquisição):</p> <p>A garantia exigida será de 12 meses. Esse prazo de garantia é amplamente aceito e praticado no mercado.</p> <p>A escolha por uma garantia de 12 meses está alinhada com as práticas comuns do setor e reflete um período que é considerado adequado para assegurar a durabilidade e a qualidade do produto, além de estar em conformidade com as expectativas de manutenção e suporte técnico que os fornecedores oferecem para itens desta natureza. Este prazo proporciona segurança tanto para a Administração quanto para o fornecedor, garantindo um equilíbrio entre proteção ao comprador e condições viáveis para o fornecedor.</p> <p>Portanto, a exigência da garantia não só está em consonância com o que é normalmente oferecido no mercado, mas também atende aos requisitos de confiabilidade e suporte esperado para este tipo de material.</p>
<p>18. Definição de reajuste, quando houver:</p> <p>Dentro do prazo de vigência e independente da solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.</p> <p>A escolha do IPCA para o reajuste de preços é justificada por várias razões. Primeiro, o IPCA é o índice oficial de inflação utilizado pelo governo federal para definir a meta de inflação, sendo amplamente reconhecido como uma medida precisa da variação dos preços ao consumidor. Calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA é gerido por uma instituição respeitada por sua transparência e rigor metodológico, o que garante a objetividade e a confiabilidade na sua aplicação como índice de correção.</p> <p>Além disso, o IPCA é comumente utilizado em contratos administrativos e em diversos setores da economia, o que confere estabilidade e facilita a comparação com outros contratos. A prática de utilizar o IPCA contribui para a redução de questionamentos e controvérsias sobre a metodologia de correção, promovendo maior clareza e consistência.</p> <p>A escolha deste índice também é vantajosa porque é amplamente aceito e compreendido pelas partes envolvidas, facilitando a administração dos contratos e assegurando equidade nas relações contratuais. Dessa forma, a aplicação do IPCA para o reajuste dos preços está em conformidade com as melhores práticas de mercado e assegura uma abordagem justa e transparente para a atualização dos valores contratuais.</p>
<p>19. Se a licitação for executada com o procedimento do Sistema de Registro de Preços, efetuar o enquadramento do objeto com base no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023:</p> <p>Não aplicável.</p>

19.1. Prorrogação da Vigência da Ata e Renovação do Quantitativo, na licitação para Registro de Preços:
Não aplicável.
20. Apresentação dos prazos máximos de execução e vigência da contratação:
Consideram-se os prazos: Máximo de Execução de 180 dias e Vigência de 12 meses, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.
21. Apresentação do local de execução e/ou fornecimento:
Centro Industrial Nuclear de Aramar – CINA, localizado na Rodovia Sorocaba/Iperó, km 12,5, município de Iperó/SP, telefone (15) 3229-8100, entre segunda e sexta-feira, no período de 08:30 horas às 16:30 horas, com acompanhamento por servidor designado para esse fim.
22. Justificativa do enquadramento ou não do objeto como atividade de custeio:
Conforme características e aplicações do objeto, o presente processo diz respeito a investimento, afeto ao PNM.
23. Justificativa para encaminhamento do processo para análise jurídica da CJACM OU CJU/SP
Conforme Portaria Conjunta nº 01/2020, da Consultoria-Geral da União e Comando da Marinha, compete à Consultoria Jurídica-Adjunta junto ao Comando da Marinha a consultoria e assessoramento jurídico, com abrangência nacional, nos processos relativos aos Programas, Sistemas e Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil, sendo este enquadrado como: II – Programa Nuclear da Marinha (PNM); Sendo assim, devendo ser analisado pela CJACM.
DO PLANEJAMENTO
24. Benefícios a serem alcançados com a contratação (demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis):
A aquisição do equipamento para a adequação do lavador de gases proporcionará aumento da segurança operacional, uma vez que a atualização dos componentes garantirá o controle eficiente das emissões de substâncias voláteis corrosivas, prevenindo riscos à saúde dos operadores e mitigando impactos ambientais. Essa melhoria não apenas protege os funcionários, mas também assegura a conformidade com as regulamentações ambientais, evitando possíveis penalidades. Além disso, a adequação permitirá uma redução nos custos de manutenção a longo prazo. Com a utilização dos equipamentos a serem adquiridos, a frequência de reparos será diminuída, resultando em uma economia significativa de recursos financeiros. A eficiência do lavador de gases também será otimizada, o que poderá contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Esses benefícios, portanto, não apenas melhoram a segurança e a eficiência operacional do sistema, mas também garantem uma gestão mais econômica e eficaz dos recursos disponíveis,

contribuindo para a sustentabilidade das operações da unidade de estocagem dessas substâncias. A aquisição do retentor de gotículas e a adequação do lavador de gases da Unidade de Estocagem de Ácido Fluorídrico (HF) têm como resultados pretendidos o aumento da segurança operacional, a melhoria da eficiência do sistema e a otimização da utilização dos recursos públicos, em especial sob os aspectos da economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos humanos.

A adequação do lavador de gases permitirá o controle mais eficiente das emissões de substâncias voláteis corrosivas, reduzindo significativamente os riscos à saúde dos operadores e os impactos ambientais associados à operação da unidade. Tal medida assegura o atendimento às normas ambientais e de segurança vigentes, mitigando a possibilidade de autuações, penalidades e interrupções operacionais, o que representa ganho direto em termos de economicidade.

Sob a ótica financeira, a atualização do sistema contribuirá para a redução de custos com manutenção corretiva e emergencial, atualmente decorrentes do desgaste prematuro do exaustor e de outros componentes do lavador de gases. A diminuição da frequência de falhas e intervenções técnicas permitirá maior previsibilidade dos gastos, bem como a extensão da vida útil dos equipamentos existentes, evitando despesas adicionais com substituições não planejadas. Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a adequação do lavador de gases reduzirá a necessidade de intervenções operacionais e de manutenção em ambiente insalubre, possibilitando que as equipes técnicas sejam direcionadas a atividades de maior valor agregado. Ademais, a mitigação de riscos operacionais diminui a exposição dos trabalhadores a agentes perigosos, reduzindo afastamentos, retrabalhos e a mobilização recorrente de equipes para ações corretivas, o que resulta em maior eficiência operacional.

Dessa forma, a contratação proposta apresenta resultados concretos e mensuráveis em termos de segurança, economicidade e eficiência na utilização dos recursos humanos e materiais, contribuindo para a sustentabilidade operacional da Unidade de Estocagem de Ácido Fluorídrico (HF).

25. Providências a serem Adotadas (pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual):

Não há necessidade de tomada de providências de adequações do ambiente do órgão para esta futura contratação.

26. Possíveis Impactos Ambientais (descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável):

A aquisição pretendida pode gerar alguns impactos ambientais, que devem ser considerados, assim como as medidas mitigadoras correspondentes. Um dos principais impactos potenciais é a geração de resíduos durante a instalação e operação dos novos componentes, incluindo partes do equipamento antigo e resíduos de embalagem. Para mitigar esse impacto, será necessário

garantir que os materiais descartados sejam tratados de forma adequada, promovendo a reciclagem e o descarte responsável.

Outro aspecto a ser considerado é o consumo de energia durante a operação do lavador de gases. A adequação dos componentes deve incluir tecnologias que otimizem o uso de energia, reduzindo o consumo e, conseqüentemente, a pegada de carbono da unidade. Especificar materiais e sistemas com eficiência energética não apenas diminui os custos operacionais, mas também contribui para um impacto ambiental menor.

Além disso, é importante atentar para as emissões atmosféricas durante a operação do lavador de gases. Será necessário implementar monitoramento regular e manutenções preventivas para garantir que as emissões estejam dentro dos limites permitidos pela legislação, evitando impactos negativos na qualidade do ar.

Essas medidas, quando aplicadas, contribuirão para minimizar os impactos ambientais da aquisição dos materiais e assegurarão que o processo esteja alinhado com práticas de sustentabilidade.

Participo que este órgão mantém em seu escopo o documento de PLS (plano diretor de logística sustentável), conforme página da intranet do CTMSP (https://www.ctmsp/sites/default/files/gestao-ambiental/PL-CTMSP-SGA-03.001_00/12/index.html).

O documento PLS elaborado pelo CTMSP tem como objetivo definir as responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitem ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública e deve ser elaborado para atender o Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012 (“...a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável...”).

Os temas monitorados e trabalhados no PLS do CTMSP e OM subordinadas são:

- Material de Consumo
- Energia Elétrica
- Água e Esgoto
- Coleta Seletiva
- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- Compras e Contratações Sustentáveis
- Deslocamento de Pessoal

De forma complementar o Plano de Logística Sustentável (PLS) proposto é o seguinte:

- Implementar medidas para prevenir o desperdício de energia elétrica e água tratada;
- Realizar treinamentos periódicos para conscientização dos funcionários sobre boas práticas de redução de resíduos e poluição;
- Priorizar o uso de produtos sustentáveis sempre que possível, incluindo aqueles que são recicláveis, atóxicos, reutilizáveis e biodegradáveis, com menor impacto ambiental;
- Escolher produtos que estejam embalados em materiais recicláveis e atóxicos, conforme as normas estabelecidas pela ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, para garantir a máxima proteção

durante o uso;

- Garantir que os bens adquiridos não contenham substâncias perigosas em concentrações acima das recomendadas pela diretiva RoHS (Restrição de Certas Substâncias Perigosas), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs);

- Cumprir com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, referentes aos equipamentos que produzem ruído durante seu funcionamento;

- Estabelecer critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

É importante ressaltar que o Centro Industrial Nuclear de Aramar possui um departamento chamado CEDIFAS - Centro de Disposição da Fase Sólida, responsável pelo descarte apropriado de materiais e equipamentos. Isso demonstra o compromisso do centro com a gestão ambiental responsável e a minimização do impacto ambiental de suas atividades.

Em resumo, ao considerar requisitos de baixo consumo de energia e outros recursos, bem como implementar medidas mitigadoras para reduzir os impactos ambientais da manutenção corretiva, o Centro Industrial Nuclear de Aramar demonstra seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e a preservação do meio ambiente. O departamento CEDIFAS desempenha um papel importante na garantia de um descarte apropriado dos materiais utilizados, contribuindo para a gestão ambiental responsável das atividades do centro.

Destaca-se que este processo está em consonância com todas as diretrizes.

26.1. Definição do código e sua respectiva descrição do registro no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) do IBAMA ou justificar a opção pela não obrigatoriedade do CTF para o objeto:

Não há nenhuma correspondência entre o objeto pretendido com nenhuma das categorias constantes no Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA Nº. 13, de 23/08/2021.

DA VIABILIDADE

27. Declaração de Viabilidade (posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina):

Considerando o estudo acima disposto, declaramos ser viável esta aquisição, pois atende à demanda existente, respeitando os princípios da economicidade e eficiência da administração pública.

28. Publicidade das Informações – Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) (obrigatório)

A publicidade das informações quando da utilização de recursos públicos licitação, contratos administrativos é a regra, conforme art. 7º (item VI) da Lei nº 12.527/2011 combinado com o art. 6º da Lei nº 10.947/2022.

Todavia, em atenção ao art. 7º, de ambas as legislações supracitadas, existem casos em que tal publicação é dispensada.

Nesse contexto, acrescenta-se a necessidade de obter aprovação prévia do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a publicidade de dados, informações e atos administrativos relativos ao PNM e aos contratos que o suportam.

UASG 742050

<p>Face ao exposto, a presente contratação possui limitação quanto à sua publicidade:</p> <p>() SIM - Deverá ser apensado aos autos o "Termo de Justificativa", fundamentando a referida limitação.</p> <p>(X) NÃO.</p>
29. Providências complementares
Não aplicável.
ANEXOS:
ANEXO I – Demais informações complementares para o objeto ANEXO II – Termo de justificativa que dispensa a exigência do Decreto 8.538/15.

Anexo do I ETP digital

DEMAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA O OBJETO	
Pregão Eletrônico ou Concorrência: (Marcar com X)	X TRADICIONAL (apresentar a DAO) SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Critério de Julgamento: (Marcar com X)	MENOR PREÇO POR ITEM X MENOR PREÇO POR GRUPO MAIOR DESCONTO POR ITEM MAIOR DESCONTO POR GRUPO TÉCNICA E PREÇO (devendo ser motivado em item específico do ETP conforme inciso IX, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021)
Formalização do acordo através de: (Marcar com X) Observações:	X Contrato Nota de Empenho/ Autorização de compra /Ordem de execução de serviço (art. 95, Lei nº 14.133/2021)
O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço (art. 95, Lei nº 14.133/2021) : a) dispensa de licitação em razão de valor, quando o valor total da contratação não ultrapassar R\$ 57. 208, 33 para compras e serviços, e R\$ 114. 416, 65 para obras e serviços de engenharia ou de manutenção de veículos automotores (art. 95, inciso I, Lei nº 14.133/2021);	

UASG 742050

b) compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor. (art. 95, inciso II, Lei nº 14.133/2021); e

Considera-se entrega imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento (art. 6º, X, da Lei nº 14.133/2021).

Há a necessidade de obrigação futura e/ou assistência técnica? ☒ SIM (Para caso afirmativo, haverá a obrigatoriedade de Termo de Contrato)

(Marcar com X)

NÃO

Forma de fornecimento: ☒ Integral

(Marcar com X)

Parcelado

Item Sustentável: ☒ SIM - Itens: Constantes no TR.

(Marcar com X)

NÃO

Forma de lance: Menor Valor Global

Menor Valor por item

☒ Menor valor por lote/Grupo

Maior desconto

Orçamento Sigiloso: ☒ SIM

NÃO

INFORMAÇÕES DE QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O OBJETO

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (para compras).

() SIM

(X) NÃO

Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da instalação do objeto, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

(X) SIM

() NÃO

UASG 742050

Comprovação da capacitação **técnico-operacional**, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação

(X) SIM

() NÃO

Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional, em plena validade:

(X) SIM

() NÃO

Indicar a entidade correspondente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)

Responsáveis:

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO	
MEMBRO LÍDER DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
<p>Nome: FELIPE LEMOS CHAVES Posto: Capitão de Corveta (EN) Função: Chefe de Departamento E-mail: felipe.chaves@marinha.mil.br Ramal: 8435</p> <p>Iperó, na data da assinatura:</p>	
MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
<p>Nome: VINICIUS ARAUJO FERREIRA Posto: Empregado AMAZUL Função: Encarregado de Divisão E-mail: v.ferreira@marinha.mil.br Ramal: 8567</p> <p>Iperó, na data da assinatura:</p>	<p>Nome: JOSÉ GONÇALVES CALVELO Posto: Empregado AMAZUL Função: Encarregado de Divisão E-mail: calvelo@marinha.mil.br Ramal: 8533</p> <p>Iperó, na data da assinatura:</p>

UASG 742050

Aprovo e designo a Equipe de Planejamento:

Iperó, SP na data da assinatura

FELIPE LEMOS CHAVES
Capitão de Corveta (EN)
Superintendente de Operação